

Rogério Nunes da Silva

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

grupo de trabalho

[GT 04: Currículo e políticas educacionais: O ensino de sociologia frente à BNCC]

O ensino de Sociologia em tempos de reformas neoliberais: o caso do Paraná

Belém, Pará

2021

INTRODUÇÃO¹

O artigo é parte da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) na Universidade Estadual de Londrina (UEL).² O trabalho apresentado ao PROFSOCIO tem o título “Diários de aprendizagem nas aulas de Sociologia: reflexões sobre juventude, escola e avaliação”. A construção dos *diários de aprendizagem* resultou de vivências no ensino de sociologia. O trabalho analisou o processo de avaliação no ensino de sociologia em uma escola pública do município de Londrina (PR). As seguintes perguntas orientaram a pesquisa: as aulas de sociologia são capazes de produzir o *estranhamento* e a *desnaturalização* anunciadas como objetivos em documentos do MEC (2006) e SEED-PR (2008)? A *avaliação* dos conteúdos de sociologia integra-se coerentemente no movimento didático das aulas no Ensino Médio? Os conteúdos sociológicos impactam de alguma forma a sociabilidade dos jovens estudantes? A estrutura escolar é um limite para a efetivação dos objetivos previstos ao ensino de Sociologia? O cenário de crescimento do neoliberalismo e dos movimentos conservadores, e as transformações no contexto econômico, social, político ocorridas principalmente a partir de 2016 no Brasil, impactaram na formulação das políticas educacionais e consequentemente no ensino de sociologia? **Este último questionamento é o objeto de reflexão deste trabalho.**

No que se refere as escolhas metodológicas destaca-se a revisão bibliográfica e algumas técnicas de pesquisa na metodologia qualitativa que apreendesse traços da trajetória escolar de estudantes. Uma das conclusões da pesquisa, é que, nesse contexto, a presença das ciências sociais na educação básica politizou-se. De um lado, as Ciências Sociais Plurais e a Sociologia Crítica (SILVA, I. 2019), do outro, o discurso da “doutrinação”. Nesse cenário de mudanças, foram promovidas inúmeras medidas governamentais no Brasil e no Paraná de inspiração neoliberal. No caso da educação, ocorre o processo de *reforma empresarial*.³ O ensino de sociologia não passou imune a esses acontecimentos. As condições geradas pela Lei n.º 11.684/06 não existem mais. A Reforma do Ensino Médio (Lei n.º 13.415/17) e a BNCC –

¹ Professor de Sociologia da rede estadual do Paraná. Formado em Ciências Sociais e Direito. Mestre em Sociologia pela UEL/PROFSOCIO. Pardo, homem cis, Londrina – PR.

² O trabalho apresentado ao PROFSOCIO tem o título “Diários de aprendizagem nas aulas de Sociologia: reflexões sobre juventude, escola e avaliação”. O desenvolvimento da pesquisa contou com o apoio da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por meio de uma bolsa de mestrado. O trabalho foi orientado pela Prof. Dr^a. Ileizi L. Fiorelli Silva da Universidade Estadual de Londrina.

³FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

Base Nacional Curricular Comum - tendem a resultar em recuos no processo de institucionalização da sociologia na educação básica. Assim, destaca-se que o ensino de sociologia não pode ser pensado fora do contexto social, político e econômico em que ocorre e sem a consideração das políticas educacionais que são formuladas.

DESENVOLVIMENTO

Os diários de aprendizagem como proposta de avaliação no ensino de Sociologia: escolhas pedagógicas e sociológicas. ⁴

A análise dos documentos legais e das pesquisas acadêmicas que tratam do ensino de sociologia demonstrou que é recorrente a ideia de que o processo avaliativo deve ter uma dimensão formativa e continuada. A pesquisa realizada procurou oferecer uma resposta para uma questão específica: como fazer um processo de avaliação formativo e continuado no ensino de sociologia? A realização da revisão bibliográfica permite afirmar que são diversas as perspectivas sobre o objetivo e a finalidade do ensino de sociologia. O desenvolvimento do estranhamento, da desnaturalização, do pensamento sociológico e da imaginação sociológica, bem como a problematização da realidade social e a ampliação da reflexividade, são algumas das expressões criadas para a demonstração dos objetivos do ensino de sociologia com os jovens do ensino médio.

A proposta dos diários de aprendizagem alicerça-se em alguns referenciais teóricos acerca da sociedade e da educação. A ação educativa possuiu uma intencionalidade que, necessariamente, está vinculada a determinado projeto histórico-social. Nesse sentido, não se pode acreditar que a educação/avaliação é um exercício ou uma prática caracterizada pela neutralidade, como defende alguns setores da sociedade. Não se reduz, também, apenas a uma dimensão técnica e objetiva. O ato de avaliar e os instrumentos utilizados para isso revelam a concepção de sociedade e de educação que orienta a prática do professor(a). (FREIRE, 1996)

A proposta foi gestada a partir do diálogo entre o professor e uma turma do 1º ano do ensino médio, no segundo semestre de 2014. À época, a intenção era construir um instrumento de avaliação que tivesse algumas características que, na concepção do professor/pesquisador, são fundamentais: a) a avaliação é um processo e deve ocorrer em todos os momentos; b) os instrumentos de avaliação devem dialogar com o dia a dia dos estudantes; c) o processo avaliativo deve possibilitar a utilização de várias linguagens; d) a avaliação é também um momento formativo e de estudo fora do espaço das aulas; e) o exercício da pesquisa, da escrita e da leitura são práticas que devem ser estimuladas; f) o

⁴ O trabalho completo pode ser consultado no link, <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/584531>

envolvimento e a participação nas aulas se relaciona com a proposição de atividades. Em 2015, os diários de aprendizagem começaram a ser realizados como o principal instrumento de avaliação da disciplina de sociologia, em todas as turmas do período matutino numa escola pública no município de Londrina.

Os diários de aprendizagem: a avaliação como diálogo

O estudo enquadrou-se na perspectiva de pensar e apresentar proposições de experiências de sala de aula que incorporem a realidade juvenil. Lima (2012) aponta para a ausência de pesquisas que têm como objeto a socialização do conhecimento sociológico em sala de aula. A análise dos diários de aprendizagem forneceu pistas para as questões apresentadas por Lima (2012). Podendo indicar, por exemplo, quais os sentidos atribuídos pelos estudantes envolvidos no processo de aprendizagem aos conhecimentos sociológicos e como isso ocorre. Os depoimentos dos(as) estudantes sobre os diários de aprendizagem e as aulas de sociologia demonstram que os conteúdos sociológicos presentes no currículo escolar são significados pelos jovens a partir dos seus interesses e suas realidades.

O depoimento de um estudante que realizou a atividade em 2015 e em 2016 reforça os elementos destacados pelo docente/pesquisador.

o diário começou quando os alunos questionaram o método de avaliação, que na época eram somente trabalhos e provas, o questionamento foi em relação a eficácia do método avaliativo, então foi sugerido que fosse feito um diário de aprendizagem, como um método novo de avaliação, já que esse poderia fazer um relato mais detalhado sobre o conteúdo aprendido e já que o diário de aprendizagem seria algo contínuo, seria um método diferente de estudo e avaliação, podendo ter relação direta com a aprendizagem do aluno, por exemplo, o diário deveria ser feito diariamente e de maneira contínua para não acumular o conteúdo, isso faria com que os estudantes estudassem um pouco todo dia, algo que é notavelmente melhor para o aprendizado (Depoimento da estudante 14, grifos nossos).

Em 2015, os diários de aprendizagem começaram a ser realizados como o principal instrumento de avaliação da disciplina de sociologia, em todas as turmas do período matutino. A amostra utilizada na pesquisa é composta por diários arquivados pelo professor no período do 1º bimestre de 2015 ao 2º trimestre de 2019.

O ensino de sociologia em tempos de reformas neoliberais

As mudanças ocorridas no cenário econômico, social, político e educacional brasileiro e paranaense, principalmente a partir de 2016, impactaram o ensino de sociologia na educação básica. No caso da institucionalização da sociologia, a Reforma do Ensino Médio (Lei n.º 13.415/17) significou uma profunda transformação. As condições geradas pela Lei n.º 11.684/06, que tornou obrigatório o ensino de sociologia e filosofia nas escolas, não existem mais. A Base Nacional Curricular Comum (BNCC), publicada em 2018, fundamenta-se em

princípios políticos e educacionais antagônicos aos que orientaram a expansão das ciências sociais na educação básica na última década. Segundo Silva e Gonçalves (2017), o ensino de sociologia e as políticas educacionais vivenciaram um cenário favorável nas primeiras décadas dos anos 2000. Contudo, esse contexto alterou-se com o impedimento da presidenta Dilma Roussef, votado pelo Senado no dia 31 de agosto de 2016. Na área da educação e do ensino de sociologia, o Ministério da Educação tem apontado para a necessidade de um processo educacional não “ideologizado”.

Em 2016, um golpe jurídico-parlamentar⁵ resultou na deposição da presidente Dilma Roussef e finalizou o ciclo de governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no plano federal.⁶ Nesse cenário de mudanças, foram promovidas inúmeras medidas governamentais, as quais foram apresentadas como *reformas*. As políticas educacionais e o ensino de sociologia não passaram imunes a esses acontecimentos. A segunda característica foi o crescimento do movimento⁷ conservador⁸ na sociedade. Na educação e nas escolas, aumentaram as ações de grupos políticos que visam denunciar a *doutrinação*, o *esquerdismo* e a *ideologia de gênero*.

Os diários de aprendizagem realizados no período de 2015 a 2019 contém esses conflitos. A partir de 2017, mesmo que de forma tímida, os textos dos estudantes revelam a influência das ideias do *movimento conservador*. Em 2018, no período eleitoral, foi comum o

⁵ Ao tratar do período, Freitas (2018) descreve o afastamento da presidenta Dilma Roussef como um golpe jurídico-parlamentar “ainda não temos uma teorização acabada que possa dar conta das mudanças pelas quais passou o país mais recentemente culminando com o golpe jurídico-parlamentar em 2016 que afastou a coalização do PT do poder, mas pode-se dizer que 2016 representa um momento de inflexão na política brasileira” (FREITAS, 2018, p. 10).

⁶ Ciclo iniciado com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. O primeiro governo do Partido dos Trabalhadores teve seu início em 2003.

⁷ Segundo Calil (2016, p. 9), a “*onda conservadora* — colocou em destaque alguns dos aspectos e formas de manifestação desta ascensão da direita: atuação de meios de comunicação; criação e fortalecimento de aparelhos privados de hegemonia voltados à disseminação de visões de mundo reacionárias; privatizações e ajuste social; repressão policial; machismo; instrumentalização do discurso ‘anticorrupção’; reordenamento urbano excludente; mercantilização da vida; avanço do ‘politicamente incorreto’ agressivo e desqualificador”.

⁸ O artigo não objetiva desenvolver análises sobre os grupos políticos que tiveram relevância no Brasil a partir de 2014. A opção pela expressão “movimento” remete à ideia de uma articulação política que envolveu diversas instituições e uma parte da sociedade civil. Sobre a caracterização desses grupos, Messemberg (2019) acentua que “as manifestações que levaram centenas de milhares de pessoas às ruas nas principais cidades brasileiras durante os meses de março, abril e agosto de 2015, trouxeram à luz o ativismo de certos atores sociais, que há décadas não participavam de forma tão intensa na arena pública. Tais manifestações revelaram a presença privilegiada de grupos de perfil conservador, que a despeito de suas clivagens internas em termos de tonalidades ideológicas, expuseram publicamente convicções de cunho segregador e autoritário”. Parte-se do pressuposto de que os ativistas que foram às ruas nos dias 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto de 2015 encontravam-se alinhados, ideologicamente, com o que se convencionou chamar de direita no espectro político.

educador/pesquisador entrar em sala e encontrar a palavra “Mito” (com maiúscula) no quadro, escrita em sinal de apoio ao então candidato à presidência Jair Bolsonaro.

Nas aulas de sociologia, ganharam destaque questionamentos como: a necessidade de explicar por quais motivos o nazismo é um movimento político de direita;⁹ a importância de dar espaço aos “dois lados” e a defesa de uma suposta neutralidade em sala de aula, aspecto defendido pelo grupo Escola sem Partido e argumentos que tentam demonstrar a existência do “racismo reverso”. No ano 2019, um estudante mostrava com orgulho, em sala de aula, um dos livros do ideólogo Olavo de Carvalho.¹⁰

O parecer de correção dos diários da estudante 75 no ano de 2018 e trechos do diário elaborado pelos estudantes 75 e 88¹¹ revelam esse contexto:

Poderia ter mostrado mais ideias dos autores citados no diário, pelo que pesquisei Albert Jay Nock e Murray Newton Rothbard são autores liberais, o primeiro do início do século XX e o segundo vinculado ao anarcocapitalismo, você se identifica com estas visões? (Parecer produzido pelo professor na a correção do diário da estudante 75, 2017).

Relativismo Cultural é a crença que é de fato propagada por muitos de que todas as culturas são iguais e que possuem o mesmo valor. Segundo o Relativismo Cultural, não existe certo ou errado e que tudo se define pelo contexto dado por determinada Cultura. **O Relativismo Cultural assim como outros relativistas é muito utilizado por esquerdistas, socialistas e por indivíduos que tem a maneira de pensar revolucionária em uma tentativa de dar bastante crédito às suas ideias.** O relativismo cultural é um tipo de pensamento, obviamente relativista como diz o nome e ele diz o seguinte que todas as culturas tem valores, todas as culturas são belas, e que você não pode julgar as culturas pois você precisa entender o contexto em que elas estão (...) O pensamento revolucionário, ele se utilizam muito da relativização, eles sempre vão relativizar todas as situações sempre irão tentar ver com desculpas e dizer que não existe uma moral, que não existe nada 100% correto, e as demais coisas, não quero aqui expor meu ponto de vista, mas é somente um exemplo de como a maioria dos relativistas pensam. (Trecho do diário da estudante 88, 2019, grifo nosso).

Esse cenário é um novo desafio para a sociologia. De um lado, popularizaram-se conceitos e temas que caracterizam as ciências sociais.¹² No entanto, o discurso da

⁹ No final de 2015, o debate sobre a orientação política do Nazismo teve grande espaço nas redes sociais. O youtuber conservador Nando Moura, publicou um vídeo, no dia 29 de outubro, com o título *Hitler era de direita?* O vídeo teve 429.081 visualizações. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nmFAPqzaAz8>. Acesso em 15. Jan. 2020.

¹⁰ No dia 02 de outubro de 2018, o jornal *El País* publicou matéria sobre Olavo de Carvalho: Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543319632_709659.html. Acesso em: 24 mar. 2020.

¹¹ No decorrer do trabalho, serão apresentados trechos dos depoimentos de estudantes e dos diários de aprendizagem. Na organização do material no PROFSOCIO, por conta da quantidade de trabalhos analisados, optou-se por identificar os estudantes por número.

¹² Ferreira e Lima (2014, p. 104-105) afirmam que a presença das Ciências Sociais na escola brasileira é caracterizada por dois aspectos: a integração dos conteúdos das três disciplinas e a intermitência da disciplina nos currículos obrigatórios. As OCEN apontam que os conteúdos das três disciplinas que compõem as Ciências Sociais se diluem nas aulas de Sociologia. Neste sentido, a disciplina escolar

doutrinação apresenta-se como um limite para a compreensão da realidade social tendo como referência parâmetros sociológicos/científicos, pois atribui caráter ideológico a produção científica. Em certo sentido, os ideólogos desses movimentos esvaziam até as teorias liberais e conservadoras, que deveriam orientar suas análises.

Os aspectos apresentados nas páginas anteriores, que destacam o crescimento do movimento conservador, poderia levar à conclusão, que o ensino de sociologia tende a ser retirado da educação básica neste contexto de reformas neoliberais. No entanto, também merece destaque, a defesa do ensino de sociologia, que foi algo recorrente nas ocupações e manifestações realizadas em 2015 e 2016 pelos estudantes.¹³Essa é uma informação que demanda reflexões mais aprofundadas. **Por quais motivos jovens se organizam para defender a manutenção da sociologia nos currículos escolares na educação básica?**

Os diários de aprendizagem e os depoimentos dos(as) estudantes demonstram esse processo do ponto de vista dos jovens. É possível perceber como os referenciais teóricos/conceituais das ciências sociais, enquanto disciplina escolar/ciência, são apropriados e utilizados na problematização da sociedade e na formação de um senso crítico. Esse processo não ocorre num vácuo social e político. Pelo contrário, pode ser um dos fatores que estimulam a articulação de grupos sociais e políticos que atribuem a esse movimento “a doutrinação”. Nas frases construídas pelos(as) jovens, observa-se que as ideias apresentadas na produção acadêmica e nos discursos políticos também orientam as ações nas escolas. Chegam e circulam, nas salas de aulas! Também influenciam as pesquisas e os movimentos políticos!

As políticas educacionais neoliberais no Paraná e o esvaziamento da sociologia

No caso do estado do Paraná, no governo Ratinho Jr., essa concepção de educação tem orientado as políticas desenvolvidas pela SEED/PR.¹⁴ O Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP),¹⁵ a Prova Paraná,¹⁶ os programas de Tutoria e Se Liga é Tempo de

tem o nome de Sociologia, contudo, os conteúdos são das três áreas do conhecimento. No trabalho as expressões Sociologia, Ciências Sociais, conhecimentos sociológicos e das Ciências Sociais são utilizados com o mesmo sentido.

¹³ Nos anos de 2015 e 2016 jovens realizaram um massivo movimento de ocupações nas escolas. As mobilizações tinham como um dos focos o questionamento da proposta de Reforma do Ensino Médio. No Paraná, aproximadamente 850 escolas foram ocupadas em 2016.

¹⁴ Carlos Roberto Massa Junior, popularmente conhecido como Ratinho Jr., foi eleito governador do estado do Paraná no dia 07 de outubro de 2018, no primeiro turno, com 59,99% dos votos válidos, para um mandato de quatro anos, com início em 2019 e término em 2022.

¹⁵ Segundo informações disponíveis na página da SEED/PR, o “SAEP é um sistema próprio de avaliação do Estado do Paraná e tem como objetivo disponibilizar informações relevantes quanto ao desenvolvimento cognitivo dos estudantes, descrevendo os conhecimentos desenvolvidos em Língua Portuguesa e Matemática, além de se deter nos fatores associados a esse desempenho, com resultados

Aprender mais!¹⁷ a criação da disciplina de empreendedorismo¹⁸ e a implantação de um novo currículo para o ensino fundamental (6º ao 9º ano), com o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP),¹⁹ são exemplos da construção de uma política educacional de inspiração neoliberal centrada na valorização de índices.

Essa política educacional valoriza **os sistemas de avaliação externos e o controle da prática escolar por meio da valorização da gestão** – “a pedagogia de planilha”. (APP Sindicato, 2019) O professor(a) perde espaço no planejamento de sua prática docente, na definição dos conteúdos, dos objetivos de aprendizagem e dos critérios de avaliação externos. A avaliação resume-se à aplicação de testes de múltipla escolha. O processo de ensino e de aprendizagem tem, na análise dos índices gerado pelas avaliações de larga escala, uma importância fundamental.²⁰ **Esse destaque é necessário, pois os diários de aprendizagem expressam uma concepção de educação, de ensino de sociologia e de avaliação que se baseia em outros princípios.**

A análise dos roteiros encaminhados às escolas para a realização da formação continuada dos professores(as) demonstra a concretização dessa política educacional. É importante frisar que essa concepção já orientava as ações da SEED/PR no período do segundo mandato do governo Richa.²¹

e análises produzidos desde o nível do estudante até o do Estado.”. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/saep/>. Acesso em: 09 mar. 2020.

¹⁶ A **Prova Paraná** é uma avaliação diagnóstica que terá como objetivo identificar as dificuldades apresentadas por cada um dos estudantes, de modo a apontar, também, as habilidades já apropriadas no processo de ensino e aprendizagem, nas disciplinas de **língua portuguesa** e de **matemática**. Informações disponíveis em: <http://www.provaparana.pr.gov.br/Pagina/Objetivos>. Acesso em: 09 mar. /2020.

¹⁷ Informações sobre o programa disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1677>. Acesso em: 09 mar. 2020.

¹⁸ Mais informações podem ser acessadas em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=104416&tit=Alunos-da-rede-estadual-terao-aulas-de-empreendedorismo>. Acesso em: 09 mar. 2020.

¹⁹ A proposta organiza o referencial curricular do Paraná e estabelece princípios, direitos e orientações para os componentes curriculares do ensino fundamental (6º ao 9º ano).

²⁰ Sobre esse aspecto, Freitas (2018, p. 82) destaca que “os resultados das avaliações passam a guiar a vida escolar. A elevação da nota da escola é estabelecida como referência de qualidade, o que leva à ocultação do debate sobre as finalidades educativas”.

²¹ Carlos Alberto Richa (popularmente conhecido como Beto Richa) foi governador do estado do Paraná por dois mandatos, no período de 2011 a abril de 2018, quando se licenciou para ser candidato ao Senado. Foi preso pela primeira vez no dia 11 de setembro de 2018, numa operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), órgão vinculado ao Ministério Público, acusado de chefiar uma organização que fraudava licitações para a manutenção de estradas rurais. A prisão ocorreu perto das eleições de 2018.

As atividades de formação dos professores(as) e dos funcionários(as) da rede estadual do Paraná ocorre num evento que tem o nome de Semana Pedagógica.²² A simples leitura dos objetivos dos eventos, ocorridos no período de 2008 a 2020, demonstram as transformações na política educacional do estado.

Os temas e alguns trechos dos roteiros da formação continuada paranaense revelam as transformações e as perspectivas que têm orientado as políticas educacionais no estado. É importante ressaltar, novamente, que as concepções de avaliação e de currículo se relacionam com os princípios que orientam as políticas educacionais. O que se busca, aqui, como já apontado, é demonstrar como o ensino de sociologia (seus avanços e recuos) é impactado por essas questões.

A análise das políticas públicas desenvolvidas pelo governo estadual do Paraná no período de 2003²³ a 2010²⁴ demonstra a influência do Estado social.²⁵ As políticas educacionais foram orientadas por concepção pedagógica crítica²⁶ – Pedagogia Histórico Crítica.²⁷ Um trecho do roteiro da semana pedagógica de fevereiro de 2010 demonstra que

²² Conforme informações disponíveis na página da SEED/PR, “as Semanas Pedagógicas foram uma formação desenhada para promover a formação continuada dos profissionais da educação através de discussões pautadas em aportes teóricos relevantes sobre temas emergentes que afetam o cotidiano da sala de aula, bem como o processo de ensino e aprendizagem, de modo a fundamentar os profissionais da educação para o planejamento do semestre letivo”. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1471>. Acesso em: 10. Fev. 2020.

²³ No período de 2003 a 2010, o estado do Paraná foi governado por Roberto Requião.

²⁴ Para mais informações sobre esse período, consultar a dissertação de mestrado intitulada *Nos Bastidores do Estado: uma análise da construção das diretrizes para a educação básica no Paraná* (2008) na disciplina de Sociologia.

²⁵ No que se refere à educação, o período pode ser caracterizado por várias ações, tais como: plano de carreira dos professores(as) – LC 103/2004; plano de carreira dos funcionários(as) de escolas – LC 123/2008; construção projeto de informatização das escolas fundamentado em software livre; programa de elaboração de livros didáticos públicos com autoria de professores(as) da rede; elaboração coletiva das diretrizes curriculares; reformulação da política de educação de jovens e adultos.

²⁶ As concepções de educação e pedagógicas são objeto de várias classificações. Uma das mais utilizadas é a proposta por José Carlos Libâneo em seus escritos. Segundo o autor, as pedagogias podem ser divididas em liberais e progressistas. As pedagogias progressistas também podem ser classificadas em libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos.

²⁷ Segundo Gaspararin e Petenucci (2008), a “Pedagogia Histórico-Crítica é um marco na educação brasileira, porém pouco praticada no cotidiano escolar (...) Enfocaremos aqui os pontos essenciais desenvolvidos nesse estudo. Quanto a Pedagogia Histórico-Crítica ficou evidenciado o porquê, esta é chamada de Histórico-Crítica por Saviani. Histórico: Porque nesta perspectiva a educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua transformação. Crítica: Por ter consciência da determinação exercida pela sociedade sobre a educação. Esta concepção nasceu das necessidades postas pela prática de muitos educadores, pois as pedagogias tradicionais, nova e tecnicista não apresentavam características historicizadoras; faltava-lhes a consciência dos condicionantes histórico sociais da educação”.

É porque as políticas expressam esta contradição no Estado, posta no tensionamento entre a manutenção do poder de uma classe hegemônica e as lutas de classe e dos movimentos sociais, que se torna possível e necessário entender que a escola tem um papel fundante na definição das políticas. Isto se expressa quando o coletivo escolar tem compromisso e entendimento com a função social da escola pública. Ocorre também quando este coletivo entende que o projeto da escola expressa invariavelmente um projeto social e, em especial, quando defende, luta e participa da construção deste projeto. Imbuídas desta compreensão é que as políticas em educação não podem vir de forma verticalizada, à margem das necessidades reais da escola. (...) No contexto das contradições explicadas acima, esta Semana Pedagógica quer, novamente, resguardar o papel, a autonomia, a identidade e o espaço da escola na construção e legitimação do seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) (SEED, 2010, fev. s/p).

Os roteiros das semanas pedagógicas permitem perceber como as políticas educacionais e curriculares impactam o dia a dia das escolas e dos educadores(as). O ano de 2011 foi marcado por uma mudança na gestão estadual. Os roteiros das semanas pedagógicas revelam como as mudanças no cenário político/governamental impactaram as políticas educacionais.

A partir de 2011, o estabelecimento de metas e a análise de índices e de indicadores, bem como o foco na discussão da metodologia e da prática dos professores(as) e das escolas, ganham força na política educacional e na formação continuada. Ao apontar para a questão metodológica dos professores(as) e para as práticas escolares, a política educacional, nesse período, desconsidera o impacto dos aspectos não escolares no ensino e na aprendizagem.

Além disso, acentua-se o discurso e as políticas que afirmam que os aspectos mais importantes para o êxito do ensino são a gestão das escolas e a forma como os professores(as) atuam em sala de aula. Ganha força a promoção de exemplos de “sucesso” e de escolas de excelência.

No período de 2010 a 2018 (governo Richa), nas seis semanas pedagógicas realizadas (fevereiro e julho de 2011; fevereiro de 2013; fevereiro de 2014; fevereiro e julho de 2016), o foco principal foi a discussão e o planejamento com base em índices educacionais, como os fornecidos pelo IDEB e pelo SAEP, entre outros. Algumas outras temáticas de formação foram relativas a aspectos/temas relevantes para essa perspectiva, tais como a discussão da importância da eficiência e do papel do professor (fevereiro de 2012); a evasão escolar (fevereiro de 2017); e o conselho de classe (julho de 2017). A escolha desses temas tem sentido, pois, a desistência (evasão) e a reprovação são variáveis que influem na construção dos índices.

A preocupação com os índices é central, contudo, percebe-se uma maior incidência dessa questão no período de 2011 a 2014. De 2015 a 2018 (segundo mandato de Beto Richa),

houve grandes tensões entre o governador e os servidores(as) públicos,²⁸ sobretudo, por conta da efetivação de várias políticas que retiraram parte dos direitos destes.²⁹ A formação continuada elege, então, para as discussões, temas não restritos aos índices. As teorias sobre a aprendizagem, a temática dos direitos humanos e a participação da família no espaço escolar são questões que foram propostas para o estudo nas escolas. No entanto, é preciso destacar que, mesmo nos momentos em que a formação continuada tratava de outros temas, o assunto dos indicadores, de alguma forma, fez-se presente.

No ano de 2019, com o início do governo Ratinho Jr., um empresário do setor de tecnologia, Renato Feder, assume a SEED/PR. Como efeito da sua nomeação, ganhou repercussão um livro seu intitulado *Carregando o Elefante: como transformar o Brasil no país mais rico do mundo*. O documento publicado pela APP Sindicato aponta algumas questões que são abordadas na produção do referido secretário.

Para Feder e seu sócio na Multilaser, Alexandre Ostrowiecki, um Estado que promova uma escola pública enquanto direito e garantia social é um ‘elefante’, como exemplifica no modelo de Estado “perfeito” em seu livro “Carregando o elefante: como transformar o Brasil no país mais rico do mundo”, um manual panfletário e ideológico liberal. Em um trecho do livro, Feder e Ostrowiecki chegam ao ponto de tratar professores(as) como semianalfabetos(as): “Alunos das escolas públicas estudam com professores semianalfabetos, tirando as piores notas de Matemática do mundo” (pág. 14). No lugar de um Estado que garanta uma educação voltada ao desenvolvimento humano, surge uma escola numa concepção rasa de viés ideológico liberal, em que a proposta fim é “privatizar todas as escolas e universidades públicas, implantando um sistema de vouchers” e minimizar os direitos sociais com o culto à concorrência desenfreada e ao dinheiro como princípio de progresso, como segue na dedicatória de ‘Carregando o Elefante’: “Este livro é dedicado ao dinheiro, símbolo da criatividade humana. Símbolo da vontade de homens e mulheres de melhorar de vida. A criação humana mais sublime e, ao mesmo tempo, mais demonizada” (APP Sindicato, 2019, p. 9).

A análise dos roteiros das semanas pedagógicas revela que, desde então, a preocupação com os índices é o centro da política educacional desenvolvida no Paraná. A

²⁸ Merece destaque a ação violenta promovida pelo governo do estado contra os servidores públicos no dia 29 de abril 2015. O evento ficou conhecido como **Massacre do Centro Cívico**. Na ocasião, a ação da Polícia Militar resultou em 400 feridos. Os servidores públicos estavam em greve e protestavam contra as alterações no regime previdenciário que autorizavam o governo a utilizar oito bilhões de reais do fundo previdenciário. Em 2015, os trabalhadores(as) da educação realizaram duas greves. Ao todo foram 73 dias de paralisação. A primeira greve ocorreu entre 09 de fevereiro e 09 de março de 2015 e a segunda compreendeu o período de 25 de abril a 09 de junho de 2015.

²⁹ No final de 2016, o governo Richa apresentou, e os deputados estaduais aprovaram, um projeto de lei revogando o acordo que colocou fim à greve em 2015. Um dos pontos foi o não pagamento das perdas inflacionárias nos salários. Tal medida significou um desrespeito à lei da data-base – Lei 15.512/2007 – que assegura a reposição salarial. Desde 2017, os servidores(as) públicos do Paraná não tem direito à reposição salarial assegurado. Em 2017, a SEED/PR reduziu a hora atividade dos professores(as) e, em 2018, reduziu em 13% o valor da hora-aula pago aos professores contratados sob regime temporário pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS).

orientação para que as escolas organizassem suas ações a partir dos índices esteve presente em todas as semanas pedagógicas ocorridas desde 2019.

A imagem a seguir, é um fragmento do roteiro da semana pedagógica de julho de 2019 que foi encaminhado pela SEED/PR para as escolas do estado, demonstram esse aspecto (PARANÁ, 2019).

Figura 1 – Quadro que compõe roteiro semana pedagógica, julho de 2019



Fonte: PARANÁ, 2019.

Figura 2 – Quadro que compõe roteiro semana pedagógica, julho de 2019 III

EDUCAÇÃO BÁSICA

Agora que analisamos os documentos, preencher o quadro abaixo pode nos auxiliar na elaboração do Plano de Ação:

Quais pontos de atenção a porcentagem de frequência indica?	
Quais ações os casos de baixa frequência registrados indicam a necessidade de serem desenvolvidas?	
Quais ações o número de acertos da Prova Paraná pressupõe a necessidade de serem desenvolvidas?	
Comparando os mesmos descritores avaliados na Prova Paraná 1ª e 2ª edição, nós avançamos? O que podemos fazer para evoluir ainda mais?	

Fonte: PARANÁ, 2019.

As imagens anteriores são orientações para que as escolas direcionem suas ações (Plano de ação) com base na realização de avaliações externas. No que se refere à política curricular, as disciplinas perdem relevância, pois o fundamental é o desenvolvimento de ações que resultem na aprendizagem *da leitura e escrita e na resolução de problemas*.

As outras variáveis que compõem a construção do IDEB também se fazem presentes. A preocupação com o abandono e a reprovação também devem ser eixos dos planos de ação. Além disso, o desempenho dos estudantes nas avaliações externas é o terceiro ponto que fundamenta a política educacional desenvolvida pela SEED/PR desde 2019. Como é possível perceber, na Figura 2, os dados, os índices e a sua análise são vistos como fundamentais na construção do plano de ação escolar.

No caso do ensino de sociologia, a atual política educacional tende a desconsiderar o acúmulo de conhecimento construído, principalmente na última década. A sociologia e as demais disciplinas das ciências humanas são reduzidas ou pensadas a partir da contribuição que podem dar para a “melhoria da leitura e interpretação” (como se pode ver na figura 1).

Nos anos de 2020 e 2021, novas medidas governamentais significaram o aprofundamento desta perspectiva neoliberal na rede de educação paranaense. Em outubro de 2020, a assembleia legislativa do Paraná, aprovou a lei 20.338/20, que institui o projeto “Escola Cívico Militar”. Na ocasião, diversas entidades denunciaram o autoritarismo e o caráter excludente do projeto. Na maioria dos casos, as direções e a comunidade escolar foram informadas pela imprensa sobre a “escolha” para participar do programa e foi convocada apenas para assinar a lista de adesão ao projeto. A lei aprovada colocou em prática o fechamento da oferta do ensino médio noturno e “levantamento realizado pelo núcleo sindical de Londrina constatou, que das 17 escolas “indicadas”, 8 ofertam o ensino médio noturno em 2020. Uma futura adesão das escolas ao programa colocará para fora da escola 839 estudantes ano de 2021” (APP – Núcleo Sindical de Londrina, 2020).

O autoritarismo é uma das características que alicerçam as medidas neoliberais na educação pública. Isto ficou evidente no projeto das escolas cívico militares. A gestão Ratinho Jr. desrespeitou os critérios previstos na própria lei. Um exemplo, foi o artigo 13 (que estabelecia critérios para a seleção das escolas que participariam do programa), II, d, (que previa que escolas que ofertavam ensino médio noturno não poderiam aderir ao programa). Várias escolas escolhidas ofertavam o ensino médio, algo vedado pela lei 20.338/20. Diante das inúmeras denúncias de irregularidades apresentadas, após as consultas públicas realizadas,

o governo estadual encaminhou um novo projeto de lei³⁰ retirando tal condição (oferta de ensino médio noturno). Na prática tal medida, resultou na expulsão de milhares de estudantes das escolas paranaenses, pois, para melhorar os índices, não existe oferta de ensino médio noturno nas escolas cívico militares.

No início do ano letivo de 2021 a SEED/PR alterou a matriz curricular do ensino médio. A mudança resultou na criação da disciplina de educação financeira e na redução da carga horária das disciplinas de Sociologia, Filosofia e Artes para 1 aula semanal. A mudança curricular foi proposta pela instrução normativa 011/2020. Novamente, organizações da sociedade civil e Ministério Público³¹ denunciaram as ilegalidades das alterações. Um aspecto que merece destaque, é o fato de a nova matriz curricular não ter sido debatida e aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, órgão responsável pela normatização do sistema estadual de ensino.³²

A concepção de educação, de currículo e de avaliação em curso na rede estadual do Paraná – pedagogia empresarial – estrutura-se segundo princípios e objetivos diversos daqueles que orientaram a construção dos diários de aprendizagem. Na política desenvolvida pela SEED/PR, os índices são o centro. A expectativa é de que as ações educativas sejam orientadas pelos descritores objetivos e desenvolvida de acordo com certos procedimentos de aprendizagem de língua portuguesa e de matemática.³³ Os instrumentos de avaliação são exclusivamente questões de múltipla escolha.

Estas características aprofundaram-se no período da pandemia. No mês de março de 2020, o governo do estado do Paraná interrompeu as aulas presenciais como uma das medidas de prevenção ao (COVID-19),³⁴ Na sequência, o Conselho Estadual de Estadual – CEE autorizou a possibilidade da oferta das atividades educativas à distância (parecer nº 01/2020) e a SEED por meio da Resolução SEED/PR nº 1016/2020 e demais regulamentou o processo na rede estadual.

³⁰ Tal mudança foi aprovada na lei 20505 de 15/01/2021.

³¹ No mês de março de 2021, o Ministério Público emitiu parecer reconhecendo a ilegalidade da instrução normativa 011/2020. O parecer pode ser consultado em <https://appsindicato.org.br/mp-emite-parecer-favoravel-a-defesa-da-app-sindicato-sobre-as-aulas-de-sociologia-filosofia-e-artes/>, acesso em 03/06/2021.

³² Para mais informações consultar, <https://appsindicato.org.br/colegios-do-ensino-medio-do-parana-estao-na-ilegalidade/>, acesso, 03/06/2021.

³³ A cada edição da prova Paraná, a SEED/PR publica uma matriz de referência com os descritores. O documento pode ser acessado no link: http://www.provaparana.pr.gov.br/sites/prova/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/91_prova_parana_3_edicao.pdf. Acesso em: 05 fev. 2020.

³⁴ O decreto nº 4320/2020 estabeleceu esta medida.

As atividades à distância desde então tem ocorrido pela plataforma do *google meet*. No mês de maio de 2021, a SEED/PR iniciou-se o processo de retorno das aulas presenciais no modelo híbrido em diversas regiões do estado. O crescimento das plataformas digitais durante o ensino remoto da pandemia do coronavírus é destacado por Adrião e Domiciano (2021), segundo as autores “a presença da plataforma *Google For Education* nas redes estaduais de ensino com crescimento de 150% do período de 2005-2018 para 2020, mostrando a capilaridade desta plataforma nas redes educacionais” (p. 674). A análise dos impactos deste processo ainda é embrionária, no entanto, é impossível inferir que a *digitalização* dos processos educacionais é uma tendência que “veio para ficar”

Os impactos desta política educacional nas condições do trabalho docente e no aumento das desigualdades educacionais foi objeto de pesquisa realizada pela APP Sindicato – Londrina e por projetos de pesquisa e extensão dos departamentos de Ciências Sociais e Educação da UEL. A partir das informações levantadas foi possível perceber que apenas 30% dos estudantes participam efetivamente das atividades educativas à distância no ano de 2020. A precarização do trabalho foi outro fator identificado na pesquisa, 93,6% dos professores(as) afirmaram que trabalharam mais do que a carga horária semanal para orientar e corrigir atividades dos estudantes, 83,2% indicaram que os materiais disponibilizados pela SEED/PR são insuficientes para ajudar no acompanhamento e na orientação dos estudantes e 85,7% dos participantes afirmam ter a saúde afetada³⁵

Algumas considerações sobre a Reforma do Ensino Médio, a BNCC e a sociologia

O presente trabalho tem procurado demonstrar que a presença da sociologia como componente curricular se relaciona com o cenário político e social e com as políticas educacionais desenvolvidas. Esse contexto, vale destacar, também se faz presente em sala de aula. No caso do ensino de sociologia, manifesta-se no conflito entre a sociologia crítica e a “doutrinação”.

É importante que se reforce que termos como “doutrinação”, “ideologia de gênero”³⁶ e “marxismo cultural”, por exemplo, têm validade apenas como instrumento de mobilização

³⁵ Os dados da pesquisa podem ser encontrados nos links: <https://www.applondrina.com/2020/06/09/pesquisa-confirma-que-apenas-30-dos-estudantes-conseguem-entregar-atividades-online-no-parana/> e <https://www.applondrina.com/2020/07/10/professoras-da-rede-estadual-do-parana-afirmam-ter-a-saude-afetada-durante-o-trabalho-nas-atividades-a-distancia/>, acesso em 03/06/2021.

³⁶ Os críticos da “ideologia de gênero” negam que o conceito de gênero e os estudos dessa área não se resumem à questão da sexualidade e resultam de uma larga produção no campo científico. Para a produção científica, o termo gênero acentua que na construção das relações em sociedade ocorre um processo de classificação do feminino e do masculino. No entanto, diferentemente do que acontece com o termo sexo, o gênero não está baseado apenas em aspectos físicos ou biológicos do corpo e

política de grupos conservadores. Nesse sentido, o conflito entre a sociologia crítica e a doutrinação não se refere à existência de divergências conceituais em uma área do conhecimento científico, revelando apenas o cenário de disputa entre projetos sociais, políticos e educacionais.

Os depoimentos dos estudantes exemplificam essa situação:

Acho que um momento marcante foi quando a gente teve que discutir sobre o racismo, a cultura machista de que as mulheres tinham que ficar mais em casa, os homens trabalhar e as mulheres serem as maiores responsáveis pela casa, acho que eram momentos marcantes que faziam a gente refletir mais, que era algo que a gente vivia mais, que a gente vive mais e que sempre marcou as nossas discussões em sala de aula. (Depoimento do estudante 1, grifo nosso)

Eu me lembro de ter uma aula que falava sobre movimentos sociais no Brasil, e um dos que foi abordado foi o Movimento Sem Terra(MST), assim, foi mostrado cenas de uma ocupação do MST em uma fazenda(não me lembro a localização exata) e depois, cenas da desocupação forçada do local pela Polícia Militar, a violência utilizada pelo aparato estatal para expulsar aquelas pessoas da região me marcou muito, **assim, ao passar isso para o diário, eu senti algo que nunca tinha sentido antes que eu fiquei pensativo durante vários dias, o porquê de aquilo existir, o porquê de coisas desse tipo precisarem acontecer, e a partir daí, meu estranhamento com o mundo só aumentou** (Depoimento de estudante, grifo nosso).

Essa questão ressaltada nos trechos dos diários e nos depoimentos dos estudantes é acentuada por (SILVA, I. 2019). A autora destaca que uma das características da constituição do sistema de ensino no Brasil é a persistência de conflitos e disputadas em torno do currículo e da escola. A legislação, nas primeiras décadas do século XXI, atendeu as reivindicações dos movimentos sociais negros, indígenas e populares com princípios que concretizaram e valorizaram a pluralidade cultural no espaço escolar. As leis que obrigaram o ensino de história da cultura afro-brasileira (Lei n.º 10.639/03) e indígena (Lei n.º 11.645/08), assim como a obrigatoriedade do ensino de sociologia e de filosofia em todas as séries do ensino médio, são alguns dos resultados desse período, caracterizado, pela predominância das ciências sociais plurais, ou da sociologia crítica. (SILVA, I, 2019).

apresenta-se como uma **construção social**. Nesse sentido, a produção acadêmica acerca das relações sociais de gênero tem desempenhado um importante papel na formulação de políticas públicas que têm a finalidade de combater as diversas formas de violência contra a mulher, de eliminar as desigualdades salariais baseadas no gênero e de superar a pequena presença feminina em cargos políticos, dentre outras questões observadas na sociedade brasileira (APP Sindicato Londrina, 2017). Disponível em: https://www.cml.pr.gov.br/tramitaproj/PE000032017_17105301116-2018.pdf. Acesso em: 20. fev. 2020

Os trechos dos diários de aprendizagem, a seguir, demonstram esse aspecto em sala de aula e na produção dos jovens.

É preciso desconstruir os padrões genéricos acerca dos povos indígenas. “No imaginário de muita gente o índio é aquele indivíduo que mora na floresta, vive apenas da caça, da pesca e algum tipo de coleta. Mas será mesmo essa a realidade indígena brasileira? No Brasil, somos hoje em torno de 305 etnias indígenas, falantes de 274 línguas indígenas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (censo 2012) a população indígena é estimada em 896.900 mil indivíduos, o que corresponde a 0,4% da população brasileira. No passado éramos muito mais. De acordo com o Professor Aryon Rodrigues em um artigo denominado “Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas”, publicado em 1993, éramos em torno de 5 milhões falantes de cerca de 1.200 línguas distintas”. [Alex Makuxi, Índio Educa (2011)] Existe um **preconceito histórico** contra os povos indígenas, que continua ainda muito vivo. Acredita-se que conhecendo mais, tendo um diálogo, o preconceito diminui. As ameaças dependem de lugar para lugar, mas elas são pautadas pela falta de conhecimento. O site **Índio Educa** veicula materiais didáticos produzidos por indígenas com o objetivo de **empoderar os povos indígenas** e dar voz ao diálogo com a perspectiva de sua vivência. Atribuir ao navegador português a descoberta do país é uma versão que **desconsidera** as estimadas **5 milhões** de pessoas que aqui viviam antes da chegada dos europeus (Trecho do diário do estudante 20, 2015, grifo do autor)

A partir da Reforma do Ensino Médio, um dos motivos do questionamento da sociologia na escola é a forma como a disciplina se inseriu nas disputas pelo currículo, pois “ela entrou ao lado dos conteúdos e constituída por conteúdos como os do etnocentrismo, da cultura brasileira, da desigualdade social, dos movimentos sociais, da democracia, do estado de direito, da igualdade de gênero e assim por diante” (SILVA, I. 2019, p. 4).

A MP 746/2016 instituiu a Reforma do Ensino Médio, que se transformou, em 2017, na Lei n.º 13.415.³⁷ No mês de abril de 2018, o Ministério da Educação (MEC) publicou a primeira versão da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) após a aprovação da Reforma do Ensino Médio. Em dezembro do mesmo ano, a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Educação Básica atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e a versão definitiva da BNCC – Ensino Médio foi publicada.³⁸

³⁷ As mudanças na legislação não ocorrem num vazio social e político. Existe uma relação entre as condições materiais e as transformações no campo do direito. Tal ideia é demonstrada por Marx no prefácio da obra *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Na produção, a questão do Estado e das relações jurídicas transparece com maior relevância. No referido prefácio, Marx faz referência a um dos seus escritos anteriores, a *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. No referido texto, o autor apresenta a ideia de que as relações jurídicas e as formas de Estado não se explicam por si mesmas, “têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência” (MARX, 2008, p. 46). Esse aspecto é importante, pois não é possível tratar das transformações na legislação, nas relações jurídicas e o direito como um todo em si mesmo (SILVA, R. N 2015).

³⁸ O Parecer n.º 15/2018 do Conselho Nacional, aprovado em 4 de dezembro de 2018, instituiu a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. A Resolução n.º 4/2018, de 17 de dezembro 2018, do Conselho Nacional de Educação, institui a Base Nacional Comum Curricular no ensino médio.

A Reforma do Ensino Médio tem um dispositivo que prevê que, no ano seguinte à publicação da BNC (ou seja, em 2019), os estados deveriam montar um cronograma de mudanças as serem efetivas.³⁹ A implementação estava prevista para o ano de 2020. Até o momento, poucas unidades escolares já realizaram as mudanças ou têm aderido os programas pilotos propostos pelo MEC (GUIMARÃES, 2020).

A Reforma do Ensino Médio e a proposição da BNCC significaram a retomada de discursos educacionais e curriculares que tiveram grande influência na década de 1990, sendo que a centralidade é a proposição da organização curricular por meio do estabelecimento de “competências”.⁴⁰

Os estudos sobre a Reforma do Ensino Médio e da BNCC (SILVA, I. 2019, Garcia e Czenisz (2017), Silva (2018) e Lopes (2019), apesar de partirem de perspectivas teóricas diversas, demonstram que essas proposições foram orientadas por uma visão política e educacional empresarial/neoliberal. Outra concordância é que essas políticas tendem a destruir as formas de acesso à educação criadas com a Constituição de 1988. Representam, também, uma reação às políticas educacionais dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores(as) (PT), que contaram com a participação de diversos movimentos sociais.

Além disso, as ideias estruturantes da Reforma e da BNCC não são uma novidade, pelo contrário, já orientaram as políticas educacionais no Brasil e no Paraná na década de 1990. No que se refere à BNCC, as produções referenciadas são unânimes em criticar a versão aprovada em 2018, justamente pela sua vinculação a uma concepção educacional empresarial. No entanto, as pesquisas divergem sobre a necessidade de uma Base Nacional Curricular Comum.

Outro aspecto que emerge é a importância da sociologia/filosofia nesse contexto de reformas educacionais. **O ensino de sociologia amplia-se para além do debate curricular e científico e politiza-se.** Na visão dos grupos políticos conservadores, a sociologia passa a ser

³⁹ No caso do Paraná, a SEED, em 2019, criou um grupo de trabalho para a construção de uma proposta de efetivação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC no estado. A secretaria sinalizava, ainda, que as mudanças deverão ocorrer em 2021. O prazo não se concretizou. A partir de junho de 2021 a proposta foi disponibilizada para consulta pública. A instrução normativa 011/2020, confirma a tendência de que a sociologia tenha menos espaço como componente curricular no currículo. Nas escolas que aderiram ao Programa de Ensino Médio Integral (EMTI) proposto pelo MEC, a grade curricular prevê uma aula por semana em cada série para a sociologia. O programa tem regulamentação na Portaria n.º 727 do MEC, de 13 de junho de 2017. No Paraná, o ofício circular 125/2019 – DEDUC/SEED, Curitiba, 17/10/2019 tratou do tema.

⁴⁰ Segundo Silva (2018), na “BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”

um alvo a ser combatido, posto que seria “a porta de entrada” da “doutrinação” nas escolas. Para educadores(as) progressistas, movimentos sociais e uma parcela dos estudantes, o ensino de sociologia nas escolas relaciona-se com o processo de democratização das instituições de ensino, ou seja, de democratização do acesso à educação, enquanto um direito e a garantia de uma sociedade mais igualitária.

Diante das questões apresentadas, é possível afirmar que a formulação da proposta dos diários de aprendizagem não ocorreu de forma desconexa das opções governamentais, das políticas educacionais e curriculares. As reformas educacionais de cunho neoliberal significaram uma ruptura ou esgotamento desse cenário.

Os diários de aprendizagem se baseavam numa concepção de educação e de avaliação, que no caso do Paraná, encontravam-se nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica-Sociologia. Estas, por sua vez, eram parte de uma concepção educativa que estava em sintonia com a noção de direitos sociais preconizados na Constituição de 1988.

Além disso, as condições que possibilitaram a atuação do docente/pesquisador estão em mudança e em processo precarização. O desrespeito à lei que estabelece que um terço da jornada de trabalho do professor⁴¹ deve ser de hora-atividade⁴², o não cumprimento do Piso Salarial Nacional Profissional do Magistério (PSPN), o desrespeito ao direito de reposição das perdas inflacionários no salário,⁴³ a crescente criminalização da atividade docente promovida pelos grupos políticos conservadores, tais como o Escola sem Partido, a pressão gerada pela política educacional de viés empresarial desenvolvida pela SEED/PR e o crescente adoecimento nas escolas públicas do Paraná são alguns dos aspectos que demonstram as mudanças/precarizações.

Simplificando, duas horas-aulas semanais em todas as séries do ensino médio, 33% de hora-atividade e perspectiva de valorização profissional por meio de carreiras que estimulem a formação são garantias fundamentais para a concretização da uma prática docente que se traduz nos diários.

Por fim, como acentuam Gonçalves e Silva (2017), apesar dos retrocessos, a situação não é a mesma vivenciada antes dos anos 90. O processo de inserção da sociologia no ensino

⁴¹ No início do ano letivo de 2017, o governo do estado publicou a Resolução n.º 113/2017, que diminuiu para 25% o tempo reservado à hora-atividade dos professores(as). A questão encontra-se sem resolução na justiça até o momento

⁴² A Lei n.º 11.738/08 estabeleceu a obrigatoriedade de um terço de hora-atividade (Art. 1º, § 4º) e o PSPN.

⁴³ Desde 2016, os governadores Beto Richa e Ratinho Jr. não respeitam a legislação que assegura a reposição das perdas inflacionárias/data base aos servidores(as) públicos estaduais. Em 2021, a previsão é de que as perdas ultrapassem 25%..

médio produziu grupos de articulação e de capilaridade, e a luta atual é no espaço das secretarias estaduais, pela manutenção da disciplina, dos conteúdos e dos profissionais. Nesse novo momento social e político, o acúmulo da última década será de grande importância para a manutenção da sociologia como um componente curricular do ensino médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças ocorridas no cenário econômico, social, político e educacional, tanto no Brasil quanto no Paraná, principalmente a partir de 2016, impactaram o ensino de sociologia na educação básica. Um aspecto que merece destaque é que, nesse contexto, a presença das ciências sociais na educação básica politizou-se. De um lado, as ciências sociais plurais e a sociologia crítica (SILVA, I. 2019), do outro, o discurso da “doutrinação”, materializado nos diversos projetos de lei do Escola Sem Partido. As condições geradas pela Lei n.º 11.684/06 não existem mais. A Reforma do Ensino Médio (Lei n.º 13.415/17) e a BNCC tendem a resultar em recuos no processo de institucionalização da sociologia na educação básica. Outro aspecto que emerge é a importância da sociologia/filosofia nesse contexto de reformas educacionais. **O ensino de sociologia amplia-se para além do debate curricular e científico e politiza-se.**

No caso do Paraná, o processo de *reforma empresarial* da educação aprofundou-se a partir de 2019. No período da pandemia, a necessidade de atividades educativas à distância resultou no crescimento da presença de empresas de tecnologia e das plataformas educacionais na educação pública. Este cenário tende a permanecer após a pandemia. Diante disso, uma questão merece à atenção: como concretizar os objetivos previstos para o ensino de sociologia nestas plataformas? É possível um processo educativo dialógico e que efetive o “senso crítico”? A construção de respostas para estes novos questionamentos indica temas fecundos para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. & DOMICIANO, C. A. **Novas plataformas da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais.** Retratos da Escola, 2021, Acesso em: 20 de março de 2021. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1223>

APP SINDICATO (Paraná). Manifesto por uma educação humanizadora. 2019. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/manifesto-por-uma-educacao-humanizadora-contra-a-mercantilizacao-da-escola-publica/>. Acesso em: 01 dez. 2019.

APP SINDICATO - LONDRINA (Paraná). **Escolas Cívico Militares vão EXPULSAR CENTENAS DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NOTURNO NA REGIÃO DE LONDRINA.** 2020. Disponível em: <https://www.applondrina.com/2020/10/27/escolas->

civico-militares-vaio-expulsar-centenas-de-estudantes-do-ensino-medio-noturno-na-regiao-de-londrina/. Acesso em: 03 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (Comp.). **Orientações Curriculares para o Ensino Médio - Sociologia**. Brasília: MEC - Secretaria de Educação Básica, 2006. 106 p.

CALIL, Gilberto. Introdução. *In*: PATSCHIKI, Lucas; SMANIOTTO, Marcos Alexandre; BARBOSA, Jefferson Rodrigues (org.). **Tempos Conservadores**: estudos críticos sobre as direitas. Goiânia: Edições Gárgula, 2016. p. 8-12.

FERREIRA, Fatima Ivone de Oliveira; LIMA, Rogério Mendes de. (Re) descobrindo a alteridade: reflexões sobre o ensino de Antropologia em turmas da educação básica. **Dossiê Ensino de Antropologia**, Natal, v. 4, n. 2, p. 41-50, maio 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GARCIA, Sandra Regina Oliveira; CZERNISZ, Eliane Cleide Silva. A minimização da formação dos jovens brasileiros: alterações do ensino médio a partir da lei 13415/2017: alterações do ensino médio a partir da lei 13415/2017. **Educação (UFSM)**, [s.l.], v. 42, n. 3, p. 569-582, 28 dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.5902/1984644429481>.

GASPARIN, João Luiz; PETENUCCI, Maria Cristina. **Pedagogia Histórico Crítica**: da teoria à prática no contexto escolar. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2289-8.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2019

GONÇALVES, Danyelle Nilin E SILVA, Ileizi L. Fiorelli;. Desafios e possibilidades para o futuro da Sociologia na educação básica. *In*: SILVA, Ileizi L. Fiorelli; GONÇALVES, Danyelle Nilin (org.). **A Sociologia na educação básica**. São Paulo: Annablume, 2017. p. 389-398.

GUIMARÃES, Cátia. Como anda o novo Ensino Médio. **Revista Poli**, São Paulo, n. 68, p. 6-13, jan/fev. 2020.

LIMA, Alexandre Jerônimo Correia de. **Teorias e Métodos em pesquisas sobre ensino de Sociologia**. 2012. 298 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

LOPES, Alice Casimiro. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. **Retratos da Escola**, [s.l.], v. 13, n. 25, p. 59-75, ago. 2019.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *In*: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (org.). **Direitas nas redes sociais**: a crise política no Brasil. a crise política no Brasil. Expressão Popular: São Paulo, 2019. p. 175-213.

PARANÁ. Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Sociologia**. Curitiba, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Educação do Estado do Paraná. **Semana Pedagógica 2010**: as necessidades da escola a partir de seus limites e avanços. 2010. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2010/semana_pedagogica_fev2010.pdf. Acesso em: 01 fev. 2020.

SILVA, Ileizi L. Fiorelli. **A Sociologia na Ensino Médio no Brasil dos anos 2000**. No prelo 2019.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o resgate de um discurso empoeirado. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 4, p. 1-15, 2018.

SILVA, Rogério Nunes da. **A cidade em disputa**: a ação das entidades empresariais e dos movimentos sociais na construção da política urbana no município de Londrina. 2015. 116. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.